



Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o  
Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares

---

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
4238/2020	12/11/2020	125/MPCM/2021	11/02/2021

---

**ASSUNTO: Pergunta n.º 497/XIV/2.ª, do BE, de 12 de novembro de 2020  
Mediação intercultural no município de Mangualde**

---

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra de Estado e da Presidência de enviar a V. Exa. a resposta à pergunta, melhor identificada em epígrafe, dirigida a este Membro do Governo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Miguel Rodrigues Cabrita

Anexo: o referido





**Pergunta n.º 497/XIV/2.ª de 12 de novembro de 2020**

**Grupo Parlamentar do BE**

**- Mediação intercultural no município de Mangualde**

---

Em resposta às questões colocadas a respeito do assunto em referência, a área da Presidência tem a esclarecer o seguinte:

O Governo considera a mediação intercultural como uma metodologia estratégica no envolvimento de intervenientes locais na procura conjunta de soluções adequadas a todos e todas as cidadãs, com vista à coesão social e ao desenvolvimento local e nacional. Por essa razão, tem promovido a colocação de mediadores em serviços públicos, em particular nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) e a constituição de equipas de mediação em serviços públicos e nas autarquias.

Desde 2018, está em implementação o Programa de Mediadores Municipais e Interculturais, que cofinancia a constituição de Equipas Municipais de Mediadores Interculturais, particularmente com membros de populações portuguesas ciganas e de populações migrantes, em articulação com organizações da sociedade civil. Atualmente, estão em funcionamento equipas de mediação nos municípios de Águeda, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Fafe, Guimarães, Idanha-A-Nova, Maia, Moura, Porto e Serpa. Decorre atualmente (e até de 17 de fevereiro) o processo de candidaturas para a constituição de Equipas Municipais de Mediadores Interculturais, no âmbito de um aviso POISE com uma dotação total de 2.500.000,00 €.

Destaque também para o Programa ROMED – Governança Democrática e Participação Comunitária Através da Mediação. Esta iniciativa criada pelo Conselho da Europa em 2011 e implementada no nosso país pela Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas, tornou-se, a partir de 2019, numa medida pública nacional coordenada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e implementada pela mesma associação.

No âmbito das suas atribuições em matéria de implementação e acompanhamento de intervenções em mediação intercultural, o ACM faz um acompanhamento técnico e financeiro dos programas de mediação referidos, e realiza periodicamente formação dos mediadores contratados, desenvolvida por docentes de entidades do ensino superior membros da RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural, uma rede dinamizada pelo ACM e constituída por 33 entidades do ensino superior.



Por fim, encontra-se atualmente em fase de finalização a conceção da Qualificação de Mediador Intercultural, uma articulação entre a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e o ACM. Trata-se de uma qualificação de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (ensino secundário e qualificação profissional) a integrar no Catálogo Nacional de Qualificações.

No que diz respeito ao concelho de Mangualde, o município apresentou, efetivamente, uma candidatura ao aviso POISE- 33-2018-06, para o período 2019-2022. Todavia, não foi possível reunir as condições para a aprovação desta candidatura.

Sobre a situação do Bairro Nossa Senhora do Castelo, temos a informar o desconhecimento de qualquer queixa ou pedido de apoio até ao momento. Face à situação referida, e assegurando o contacto e interlocução com os intervenientes locais, o ACM analisará e apoiará a procura conjunta de medidas para mitigar os problemas existentes, tendo já proposto às autoridades locais a adesão às iniciativas de apoio disponíveis, em particular o acima mencionado aviso para equipas de mediação, bem como candidatura a projetos Escolhas.

Mais se informa que o ACM, em articulação com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), está igualmente a intervir junto das autoridades locais no sentido de mobilizarem os apoios existentes no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação.